

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS  
PARLAMENTARES, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

# RELATÓRIO E PARECER

---

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 15/XII

“ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA  
O ANO DE 2024”

1 DE SETEMBRO DE 2024



---

## INTRODUÇÃO

---

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 1 de setembro de 2023, com recurso a meios telemáticos.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a apreciação da **Proposta de Resolução n.º 15/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para relato e emissão do respetivo parecer, no dia 28 de agosto de 2023.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro (Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), com a alteração introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, a elaboração da anteproposta de orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cabe ao Conselho Administrativo (cf. alínea a) do artigo 14.º), que o submete à Mesa.

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2022/A, 11 de abril de 2022 (Estrutura orgânica da Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a elaboração da proposta do Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores compete ao Departamento Administrativo, Financeiro e de Serviços Gerais.

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro (Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), com a alteração introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, a coordenação da elaboração da proposta do Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cabe à Secretária-Geral.



Por fim, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria em apreço – *organização e funcionamento da Assembleia Legislativa* - é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

---

### APRECIÇÃO DA INICIATIVA

---

O Conselho Administrativo, na sequência da proposta de orçamento apresentada pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Serviços Gerais, concluiu em 22 de agosto de 2023 a elaboração da anteproposta de “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.

A referida anteproposta de Orçamento foi objeto de Visto da Mesa da Assembleia em 28 de agosto de 2023, tendo sido posteriormente remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise e emissão de parecer.

O valor global das receitas e despesas orçamentadas é de € 15.411.600,00.

---

### AUDIÇÕES, PARECERES E CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES

---

**Da Audição ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ocorrida a 1 de setembro de 2023, disponível em [Parlamento online - Audição do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Proposta de Resolução n.º 15/XII \(MESA\) – Proposta de Resolução n.º 15/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024” \(alra.pt\)](#)**

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo que o Orçamento apresentado para o ano 2024 apresenta um valor de 15.411.600 milhões de euros (quinze milhões, quatrocentos e onze mil e seiscentos euros), o qual aumenta em cerca de 300.000€ (trezentos mil euros) em



relação ao orçamento suplementar de 2023.

Referiu ainda que o orçamento possui um total de despesas correntes de 14.309.000 milhões de euros (catorze milhões, trezentos e nove mil euros), valor este que se mantém em relação ao ano transato. Indicou que, de momento, as despesas com recursos humanos igualam às do ano 2023, ficando esta rubrica dependente de alguma alteração que possa ocorrer no Orçamento de Estado para 2024, a partir do qual se corrigirá se necessário.

O Senhor Presidente informou a comissão que, apesar do orçamento de despesas correntes não ter aumentado, que nestas foram alocadas quer o funcionamento do G2A- Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores - quer o investimento de segurança de rede informática.

Relativamente ao G2A, aprovado no presente ano, é da responsabilidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seu funcionamento, nomeadamente as suas despesas de funcionamento, como por exemplo as senhas de presença e viagens.

Relativamente ao investimento de segurança de rede informática, informou ser necessário a aquisição de serviços especializados, para que seja avaliado o grau de segurança da rede informática da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assim como, posteriormente, adotar medidas para a proteger.

O Senhor Presidente informou que, o aumento do orçamento para 2024 é resultado do aumento das Despesas de Capital, num aumento de 592.600€ (quinhentos e noventa e dois mil e seiscentos euros), para que seja possível efetuar novo concurso público para obras de remodelação da Delegação da Assembleia Legislativa na ilha de São Miguel, havendo igualmente preocupação com a delegação da ilha Terceira

Relembrou que o último concurso efetuado para a remodelação da delegação da ilha de São Miguel ficou deserto, sendo esta obra de extrema necessidade, foi orçamentado em 700.000€ (setecentos mil euros) ao que acresce o valor do IVA, como preço base para ser lançado o concurso.

O Senhor Presidente informou ainda que haverá pequenas intervenções nas delegações de ilha, sendo que na ilha Graciosa e na ilha do Corvo serão intervenções de maior dimensão, uma vez que as mesmas necessitam de intervenções na cobertura, resolução de infiltrações e necessidade de pintura.

Informou ainda que haverá investimentos em prol da sustentabilidade e da redução da pegada ecológica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente com o



estudo para a instalação de painéis solares, a colocar entre a sede e a residência oficial da presidência, assim como a instalação de dois postos de carregamento de viaturas elétricas – na sede e na delegação da ilha de São Miguel.

Informou ainda que será criada a Floresta da ALRAA, como forma de compensação da pegada carbónica, atenuando o nosso equilíbrio ecológico, assim como continuará a *“fomentar, e só é possível com a colaboração das senhoras e dos senhores deputados, a utilização da videoconferência, porque tem custos menores e tem impacto ambiental também menor”*, havendo ainda uma possível substituição de viatura da Assembleia e caso ocorra a mesma será substituída por uma viatura elétrica.

O Senhor Presidente realçou que o aumento do orçamento apresentado é resultado da necessidade de investimentos para resolução de problemas, compreendendo que poderá não ser bem visto por todos este aumento. No entanto, realçou uma vez mais, que o aumento é resultado das despesas de capital, essencialmente para a necessidade de intervenção na delegação da ilha de São Miguel, uma vez que a mesma apresenta uma infestação por térmitas, problemas de infiltrações, necessidade de intervenção nas instalações sanitárias e falta de espaço para acomodar os senhores deputados, tendo em causa o aumento dos grupos parlamentares e representações parlamentares.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos tendo-se inscrito o Deputado Pedro Neves, o Deputado António Vasco Viveiros, a Deputada Sandra Dias Farias e o Deputado Paulo Estevão.

O Deputado Pedro Neves realçou a necessidade de investimento a curto, médio e longo prazo, para uma evolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, demonstrando concordância com o orçamento apresentado. Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa agradeceu a intervenção do Deputado Pedro Neves, sendo importante o compromisso de todos para com o aumento verificado, mas necessário.

O Deputado António Vasco Viveiros manifestando a sua concordância em tudo que foi explanado pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, realçou que, para além das necessidades de melhoria de funcionamento e de condições de trabalho na delegação de Ponta



Delgada, deverá ser valorizado o edifício que marca uma época importante de arquitetura da cidade de Ponta Delgada. Em resposta, o Senhor Presidente realçou que a remodelação do referido edifício é articulada com Direção Regional da Cultura, sendo por isso esta também uma preocupação da própria Assembleia Legislativa.

A Deputada Sandra Dias Faria corroborou a importância da manutenção dos espaços, nomeadamente na Delegação da Assembleia Legislativa de Ponta Delgada. Solicitou esclarecimentos, nomeadamente, sobre o projeto de criação de um Prémio Literário que promova a divulgação da Região Autónoma dos Açores. Realçou a importância de todo e qualquer instrumento que haja para a divulgação da Região, no entanto, e na ausência de informação sobre o referido projeto, solicitou informação sobre o mesmo.

O Senhor Presidente da Assembleia, em explicação, referiu ser finalidade a criação de um prémio literário “Vitorino Nemésio”, possuindo já uma editora parceira, tendo este projeto sido proposto à Mesa da Assembleia, assim como à Conferência de Líderes, com concordância de todos os seus membros. Acrescentou que o prémio se encontra em fase de elaboração de Proposta de Resolução, esperando que a mesma seja aprovada em próxima reunião de Mesa, com o respetivo Regulamento e que darão entrada na Comissão de Assuntos Sociais para análise, esperando que em 2024 seja o primeiro ano de atribuição do referido prémio, após a sua aprovação em Plenário.

O Deputado Pedro Neves em solicitação de intervenção à Mesa cumprimentou a Senhora Secretária-Geral, Sandra Costa, destacando o seu trabalho exímio na preparação do orçamento apresentado.

O Deputado Paulo Estevão informou a comissão que concorda com os argumentos apresentados pelo Senhor Presidente, nomeadamente sobre as prioridades que foram referenciadas e sinalizadas, assim como quanto ao Prémio Literário.



---

**POSIÇÃO DOS PARTIDOS**

---

**O Grupo Parlamentar do PS** emitiu parecer favorável, relativamente à presente iniciativa.

**O Grupo Parlamentar do PSD** emitiu parecer favorável, relativamente à presente iniciativa.

**O Grupo Parlamentar do BE** emitiu parecer favorável, relativamente à presente iniciativa.

**O Grupo Parlamentar do PPM** emitiu parecer favorável, relativamente à presente iniciativa.

**A Representação Parlamentar do PAN** emitiu parecer favorável, relativamente à presente iniciativa.

---

**CONCLUSÕES E PARECER**

---

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável concluiu que a **Proposta de Resolução n.º 15/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**, está em condições de ser agendada para debate e votação em Plenário, tendo emitido, por unanimidade, parecer favorável à respetiva aprovação.

Vila do Porto, 1 de setembro de 2023.

**A Relatora,**

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**

(José Gabriel Eduardo)